

especial **revisão da PAC**

Portugal contra novas regras do desenvolvimento rural

Portugal promete votar contra as novas regras de financiamento do desenvolvimento rural que são hoje propostas pelas CE no âmbito de nova mini-reforma da Política Agrícola Comum (PAC). Lisboa diz que são contrárias ao princípio da coesão

Eva Gaspar
egaspar@mediafin.pt
Filipe Paiva Cardoso
filipecardoso@mediafin.pt



Bloomberg

A criação do co-financiamento num sistema de gestão de riscos, e a introdução do artigo 68º, que abre a possibilidade de cada Estado-membro utilizar uma percentagem, até 10%, das verbas do primeiro pilar para programas específicos a cada país recuperando assim alguma “margem de manobra” interna, são algumas das alterações à Política Agrícola Comum (PAC) que a Comissão Europeia (CE) vai hoje propor em Bruxelas. Além destas, destaque para a “morte” do fundo europeu de redistribuição de verbas para desenvolvimento rural.

Portugal e a generalidade dos países mais desfavorecidos da União Europeia (UE) preparam-se para um novo braço-de-ferro em Bruxelas a propósito destas alterações à PAC, a mais cara das políticas comunitárias que continua a absorver mais de 40% do Orçamento europeu. Portugal contesta que Bruxelas não tenha ido mais longe no desligamento das ajudas directas e critica ferozmente a proposta de acabar com o fundo europeu de redistribuição, considerando que se está a atacar o princípio da coesão. “É um precedente grave porque pela primeira vez se reforçam verbas do desenvolvimento rural com critérios que não têm a ver com os princípios subjacentes à política estrutural da UE”, argumentou ontem Jaime Silva, citado pela Lusa, à entrada para

uma reunião dos ministros da Agricultura dos 27 em Bruxelas.

Em causa está o novo critério proposto para a distribuição dos montantes resultantes da chamada “modulação” – o mecanismo que impõe cortes em parte das ajudas directas ao rendimento dos agricultores e a sua transferência para o desenvolvimento rural. Bruxelas propõe aumentar a taxa de modulação dos actuais 5% das ajudas para 13%, mas enquanto actualmente o “bolo” financeiro resultante deste mecanismo é redistribuído pelos Estados-membros atendendo ao rendimento médio – o que leva Portugal a receber cerca de três vezes aqui-

lo que restitui enquanto modulação obrigatória –, a Comissão defende que os montantes resultantes da modulação passem a ficar integralmente no Estado-membro que os gerou, quando até ao momento ficavam em 80%, seguindo os restantes 20% para o fundo. “A CE vem agora subverter esse princípio, um princípio que vem desde a adesão e que esteve subjacente a todas as reformas”, protestou o ministro, apontando que, “pela primeira vez, a Comissão altera as regras do jogo, favorecendo dois ou três Estados-membros”.

A proposta da CE traz ainda novidades ao nível do desligamento dos apoios, ainda que não acabe com as “ajudas para não produzir”, dando também o “tiro de partida” para o desmantelamento de mecanismos de mercado – restituições à exportação, por exemplo. A alteração dos critérios de atribuição de ajudas é outra das revisões propostas.

Este “health check” surge num contexto de alta de preços agrícolas, o que, para o Reino Unido dá força aos argumentos pró-liberalização. Já a França – país que mais beneficia da PAC e que vai assumir a presidência da UE e, logo, mediar um acordo sobre a reforma – considera que a alta de preços decorre de uma escassez de produção que deve ser incentivada com fundos públicos, para além de justificar a abolição da regra que impunha um pousio obrigatório de 10% das terras aráveis.

Cereais já têm apoios recorde



Jaime Silva
Ministro da Agricultura

➔ Jaime Silva garantiu ontem que os cereais são já actualmente o sector mais apoiado em Portugal, e que não há motivos para que o sejam ainda mais. O ministro respondia assim às críticas da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que acusou o Governo de ter retirado os cereais dos produtos estratégicos que serão prioritariamente apoiados no programa de desenvolvimento rural que agora arrancou, à margem do QREN. “Em termos de apoios aos investimento, um agricultor pode ter entre 40 a 50% de subsídios a fundo perdido” e ainda uma ajuda equivalente a 63 euros por hectare, sem obrigação de produzir, apontou o ministro, reforçando que “não há nenhum sector em Portugal com estes níveis de ajudas”. Jaime Silva acusou ainda a CAP de “atirar poeira para a opinião pública”.

Acordo na OMC é essencial



Peter Mandelson
Comissário europeu do Comércio

➔ A proposta de reforma da Política Agrícola Comum surge num momento-chave da conjuntura mundial, na sequência da escalada dos preços dos produtos agrícolas negociados nos mercados financeiros. Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio afirmou ontem, à Bloomberg, que um acordo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) para a remoção das barreiras às trocas internacionais é “absolutamente essencial” para garantir a descida dos preços dos bens alimentares. As negociações da Ronda de Doha – que incidem, sobretudo, sobre a redução dos subsídios à agricultura e a remoção das barreiras alfandegárias nos produtos agrícolas e industriais –, arrastam-se, sem sucesso, há mais de seis anos.

BLOCO DE NOTAS

- **Fundo de redistribuição de verbas** Até agora 20% das verbas a redistribuir iam para fundo comum. Agora 100% destas serão usadas pelo próprio Estado.
- **Quotas do Leite** Abolição progressiva.
- **Gestão de riscos** Co-financiamento comunitário até 40%. Até hoje esta protecção anti-catástrofes era financiada a 100% com dinheiro do próprio país.
- **Artigo 68º** Cada país poderá usar uma percentagem do pilar 1 para programas específicos.
- **Limites mínimos** CE retira apoios a agricultores com 1 hectare ou menos.